



Plenário aprova normas para trabalho de gestante e lactante

Proposta prevê afastamento de trabalhadoras nessas condições de locais insalubres. Se o grau de risco à saúde for leve ou médio, a trabalhadora poderá optar por permanecer



Entre Cássio Cunha Lima e Waldemir Moka (D), Eunício Oliveira comanda a sessão que aprovou o projeto com regras para trabalho de gestantes

O Plenário aprovou ontem proposta que permite a gestantes e lactantes se afastarem de trabalhos insalubres com direito a continuar recebendo o pagamento de adicional de insalubridade. De acordo com o texto aprovado, que segue para a Câmara dos Deputados, as trabalhadoras terão a prerrogativa de decidir se permanecem na atividade em casos de insalubridade leve ou média.

O projeto, de Ataídes Oliveira, modifica a reforma trabalhista de 2017 e foi aprovado na forma de substitutivo de Simone Tebet. O autor explicou que o projeto foi elaborado com o objetivo de suprir lacuna deixada pelo fim da vigência da medida provisória editada para aperfeiçoar algumas disposições da reforma. A MP alterava artigos polêmicos da lei que mudou a Consolidação das Leis Trabalhistas, mas não chegou a ser votada. Para o senador, o Congresso Nacional precisava “corrigir uma falha” que cometeu. **3**

Congresso deve analisar vetos e Orçamento de 2019

A sessão do Congresso de ontem foi suspensa e será retomada hoje. Além do Orçamento para 2019, estão em pauta 11 vetos e 6 projetos de crédito suplementar.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, explicou que a diplomacia, nos estados, de vários parlamentares reeleitos impediu o quorum. Ele disse que tentará votar a lei orçamentária hoje, após os vetos. Se não for possível, convocará outra sessão conjunta para amanhã. **4**

Pequena empresa pode ter acesso ao crédito facilitado

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem projeto que cria uma nova espécie de empresa para aumentar o crédito a micros e pequenos empreendedores municipais. O texto vai a Plenário em regime de urgência.

A Empresa Simples também simplifica a atuação de startups com o regime especial Inova Simples. Para o relator, senador Armando Monteiro, a iniciativa vai diminuir a concentração bancária no país. **4**

Vão à Câmara regras para usina eólica e solar no mar

O Plenário aprovou ontem projeto que autoriza a instalação de usinas eólicas e solares no mar para a geração de energia elétrica. As plataformas poderão ser instaladas no mar territorial brasileiro, que vai até 22 quilômetros da costa, e na zona econômica exclusiva, até 370 quilômetros da costa. A proposta, do senador Fernando Collor, foi relatada pelo senador Walter Pinheiro.

O texto prevê que os recursos da exploração serão divididos usando critérios dos Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios, para uso exclusivamente em saúde e educação. Os recursos destinados à União vão beneficiar os Ministérios do Meio Ambiente e de Minas e Energia e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

O relator, Walter Pinheiro, sugeriu algumas mudanças na proposta, como a inclusão de equipamento solar



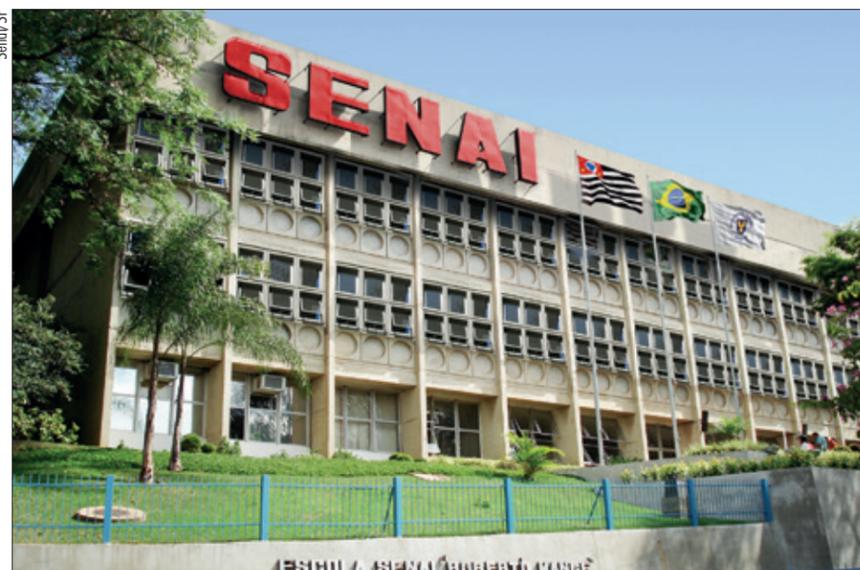
Jefferson Ronly/Agência Senado

Declaração de ministro sobre Sistema S gera polêmica em Plenário

Senadores comentaram ontem em Plenário a declaração do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, de que é preciso “passar a faca” nos recursos do Sistema S. Em 2018, segundo a Receita Federal, foram repassados mais de R\$ 17 bilhões às nove organizações do sistema, entre elas Sesi, Sesc, Senac, Senai e Sebrae.

A maioria dos senadores defendeu as ações do sistema. O senador Armando Monteiro, por exemplo, classificou a declaração de Guedes de “imprópria na forma e no conteúdo”. O senador Ataídes Oliveira, no entanto, cobrou mais transparência quanto aos recursos movimentados. **5**

Senai em Campinas (SP): sistema é responsável por diversos serviços para atender o trabalhador



Senai/SP

Verbas não reduzem crime, diz relatório **8**

Aprovada indicação para a Anatel **6**

Parecer sobre empresa espacial vai à votação **2**

Agressor de mulher deve ressarcir INSS **8**

Estatutos são legados de comissão, diz Regina Sousa

Na avaliação de Regina Sousa, os principais legados de sua gestão à frente da Comissão de Direitos Humanos são o projeto que cria o Estatuto da Diversidade Sexual e a proposta de Estatuto do Trabalho

AS PROPOSTAS DO Estatuto da Diversidade Sexual e do Estatuto do Trabalho são dois legados que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) deixa para a sociedade brasileira a partir de 2019. Essa foi a avaliação feita pela ex-senadora Regina Sousa (PT-PI), ao realizar um balanço de sua gestão à frente do colegiado, que presidiu desde fevereiro de 2017.

Regina renunciou na sexta-feira para fazer a transição para o cargo de vice-governadora do Piauí, que assumirá no dia 1º de janeiro.

Avanços

Sobre o projeto que cria o Estatuto da Diversidade (PLS 134/2018), apresentado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ela disse que o país deve manter uma condução de reconhecimento de direitos para as pessoas LGBT, em “uma marcha civilizacional em acordo com as abordagens mais modernas” presentes hoje em nações da Europa e da América do Norte.

— Houve avanços aqui também. O último processo eleitoral trouxe representantes mais abertamente vinculados a essa pauta. Considero relevante que pessoas da própria comunidade também possam participar e aprofundar a abordagem. Espero que chegue um dia em que ninguém seja assassinado neste país devido à orientação afetiva, que um dia esteja claro para todos o absurdo desse tipo de coisa — disse Regina.

Amorim destaca liberação de verbas para filarmônicas de Sergipe

Ao fazer um balanço do seu mandato, Eduardo Amorim (PSDB-SE) lembrou ter liberado emendas parlamentares para os 75 municípios do seu estado. Os valores tiveram como propósito investimentos em saúde, educação, segurança, infraestrutura urbana, agricultura, esporte, transporte, turismo e cultura. No campo cultural, o senador destacou em especial as emendas que destinou às filarmônicas sergipanas, entre elas a da sua cidade natal, Itabaiana. A Filarmônica Nossa Senhora da Conceição é a mais antiga do país, tendo sido fundada em 1745.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Em despedida, Garibaldi diz que ficará atento aos acontecimentos

Depois de 20 anos no Senado, Garibaldi Alves Filho (MDB-RN) fez seu discurso de despedida ontem e avisou que continuará atento ao que acontecerá no país e no seu estado. Ao desejar sucesso a todos que assumirão mandatos no próximo ano, nos mais diversos cargos, ele disse que a solução para os problemas do país não deve sair de ideias simplistas.

O senador não conseguiu se reeleger nas eleições de outubro e afirmou que respeita a decisão dos potiguares. Afinal, disse, “nos 52 anos de vida pública sempre lutei de forma suprapartidária”.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Vanessa faz balanço das atividades da Procuradoria da Mulher

Procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) fez um balanço da atuação do órgão ao longo de sua existência, há cinco anos. A senadora também destacou a participação de segmentos da sociedade nesse trabalho.

Vanessa informou que foram feitas 61 audiências públicas, publicadas 50 edições do *Jornal Senado Mulher*, difundidos 42 programas de rádio sobre pautas femininas e realizadas 43 edições do Oficina Saúde Mulher. A procuradoria também acompanhou a tramitação de mais de 120 projetos de lei no Senado e na Câmara.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Gerardo Magela/Agência Senado

Regina toma posse como vice-governadora do Piauí em 1º de janeiro

A ex-senadora elogiou o vice-presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), por sua condução da Subcomissão do Estatuto do Trabalho. Para ela, a proposta (SUG 12/2018) pode vir a substituir a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Conciliação

Na visão da ex-senadora, o estatuto concilia melhor interesses de empregados e empregadores. Para ela, a atual CLT foi descaracterizada pela reforma trabalhista (lei 13.467, de 2017) conduzida pelo governo Michel Temer.

— Os direitos dos trabalhadores sempre serão prioritários para nós. A reforma suprimiu muitos desses direitos históricos. Isso leva ao agravamento das condições de vida de dezenas de milhões de pessoas. Acredito em fundamentos visando a construção de um Estatuto do Trabalho mais equilibrado — explicou.

A ex-senadora também mencionou como um legado da CDH o incremento, tanto

em 2017 quanto em 2018, de emendas orçamentárias para políticas de combate à violência contra as mulheres e de combate ao racismo.

— A Lei Maria da Penha [Lei 11.340, de 2006] também é uma conquista civilizacional de nosso país, mas ainda não intimidou muitos homens para que ele parem de cometer absurdos. É uma manifestação de barbárie um homem agredir ou matar uma mulher porque no fundo se sente dono dela. Defendo a destinação de emendas, por exemplo na educação, para o desenvolvimento de ações educacionais contra a misoginia e para o empoderamento das meninas nas escolas, visando arraigar fortemente essa cultura — afirmou Regina.

No que se refere ao combate ao racismo, a ex-presidente da CDH também comemorou o fato de mais indígenas e negros terem conseguido mandatos eleitorais no último pleito, o que, para ela, deverá fortalecer essa pauta.

Colegiado da MP que extingue empresa espacial vota relatório

A comissão mista da medida provisória que extingue a empresa binacional de exploração comercial de lançamentos de satélites, Alcântara Cyclone Space (ACS), deve votar hoje o relatório do deputado Hugo Leal (PSD-RJ).

Com sede em Brasília, a empresa nasceu do Tratado sobre a Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4, assinado em 2003 pelos governos do Brasil e da Ucrânia, com o objetivo de levar satélites dos dois países e de outros potenciais interessados ao espaço.

Homologação

De acordo com o tratado, homologado pelo Congresso Nacional em 2004, os satélites seriam enviados do Centro de Lançamento de Alcântara (MA), gerando custos aos interessados.

A extinção da empresa é

decorrente da decisão do governo brasileiro de sair da iniciativa, pelo Decreto 8.494, de 2015, alegando falta de viabilidade comercial.

De acordo com o texto da MP 858/2018, o patrimônio e as dívidas da empresa binacional no país serão inventariados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que recebeu prazo até 29 de março de 2019 para concluir o processo. A União assumirá as obrigações e os bens da ACS localizados no território nacional. Bens situados no exterior poderão ser inventariados pelo governo ucraniano, e o resultado será objeto de compensação entre os dois países.

O colegiado que analisa a MP é presidido pelo senador Roberto Rocha (PSDB-MA). Depois de analisada na comissão, a medida terá que ser votada nos Plenários da Câmara e do Senado.



Johnson Barros/Agência Força Aérea

Centro de Lançamento de Alcântara: parceria com Ucrânia será extinta

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- | | |
|---|---|
| <p>CAS Salário mínimo
9h Análise do texto que estende até 2023 forma de cálculo do salário mínimo.</p> <p>CCJ Estatais
10h Apreciação de indicados para CNJ e CNMP. Depois, análise de projeto que altera nomeação de diretores de estatais.</p> <p>CRE Acordos internacionais
10h Votação de 10 acordos internacionais.</p> <p>PLENÁRIO Votações
10h Análise da criação de áreas de livre comércio em Corumbá e Ponta Porã (MS).</p> | <p>MP 858/2018 Cyclone Space
10h30 Análise do relatório da MP que extingue a empresa binacional Alcântara Cyclone Space.</p> <p>CTFC Concorrência desleal
11h Votação do projeto que pune concorrência desleal.</p> <p>CONGRESSO Vetos
13h Análise de vetos.</p> <p>CMC Relatório anual
14h30 Análise do relatório anual.</p> <p>MP 863/2018 Abertura do setor aéreo
14h30 Instalação da comissão mista.</p> |
|---|---|

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • Alô Senado: 0800 612211
 Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
 • Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • TV: senado.leg.br/TV

Senado aprova regras para trabalho de gestante

Projeto prevê afastamento de grávidas e lactantes de locais insalubres. Para insalubridade leve ou média, a trabalhadora poderá permanecer se apresentar atestado médico

GESTANTES E LACTANTES poderão se afastar de trabalhos insalubres com direito a continuar recebendo o pagamento de adicional de insalubridade. De acordo com projeto aprovado pelo Plenário ontem, as trabalhadoras terão a prerrogativa de decidir se permanecem na atividade em casos de insalubridade leve ou média. O texto segue para a análise da Câmara dos Deputados.

O PLS 230/2018 modifica a reforma trabalhista (Lei 13.467, de 2017) que determinou que o afastamento de gestantes e lactantes de trabalhos que exponham os empregados a agentes nocivos à saúde só pode acontecer mediante a apresentação de atestado médico. Segundo a nova proposta, o afastamento passa a ser a regra e a trabalhadora pode optar por não se afastar em caso de grau médio ou leve de insalubridade, se autorizada por atestado médico a trabalhar. Em qualquer situação ela receberá o adicional.

Substitutivo

O texto aprovado foi um substitutivo de Simone Tebet (MDB-MS) à proposta original, de Ataídes Oliveira (PSDB-TO). Na primeira versão, o afastamento obrigatório



Autora do substitutivo aprovado, Simone espera que o texto seja votado imediatamente na Câmara e sancionado

não incluía as lactantes e o adicional era perdido nos casos em que a trabalhadora se mantivesse fora da função.

Ataídes explicou que o projeto foi elaborado com o objetivo de suprir lacuna deixada pelo fim da vigência da MP 808/2017, editada para aperfeiçoar algumas disposições da reforma trabalhista. A medida provisória modificava dispositivos polêmicos da reforma, mas não chegou a ser votada. Para o senador, o Congresso precisava “corrigir uma falha” que cometeu.

Simone afirmou que o texto tem chances de ser votado de

imediatamente pela Câmara e de ser sancionado ainda nesta semana pelo presidente Michel Temer. Para a senadora, a nova regra é um avanço tanto em relação à reforma trabalhista quanto à versão anterior da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que não previa a possibilidade de retorno ao trabalho por iniciativa própria da trabalhadora.

— Ficamos devendo uma resposta às mulheres. Não tivemos sequer tempo para analisar a reforma trabalhista e a situação ficou numa penumbra. Podemos agora honrar o compromisso que

fizemos — disse Simone.

Antonio Anastasia (PSDB-MG) foi o relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Ao dar seu parecer favorável, o senador disse que “o texto tem o mérito de evitar a discriminação das mulheres em idade reprodutiva, protegendo a sua empregabilidade ao dar-lhes a opção de continuar trabalhando em casos de menor risco à saúde”.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, parabenizou o Plenário e também destacou a aprovação conflituosa da reforma trabalhista, que passou pela Casa sem modificações

sob a justificativa de que os pontos polêmicos seriam vetados ou corrigidos depois — o que não aconteceu.

Para Eunício, o resultado da votação de ontem permite ao Congresso “resgatar o que foi prometido pelo governo e que não foi cumprido”.

Votos contrários

A proposta teve votos contrários dos senadores Rose de Freitas (MDB-ES) e Paulo Rocha (PT-PA). Para Rose, o texto representa uma solução esdrúxula para o problema criado pela reforma trabalhista, pois deixa nas mãos das trabalhadoras o ônus de decidir sobre a própria saúde.

— Transferimos para as mulheres a responsabilidade de um cuidado explícito que as leis deveriam ter — criticou.

Humberto Costa (PT-PE) votou a favor e disse que o projeto é uma “melhoria considerável” em relação à reforma. No entanto, ele observou que nem sempre a trabalhadora que optar por permanecer trabalhando estará agindo por vontade própria.

— Quando falamos em decisão da própria trabalhadora, deixamos de levar em consideração pressões escamoteadas do empregador que habitualmente acontecem — afirmou.

Criação de usinas eólicas e solares no mar passa em Plenário

O Plenário aprovou o projeto que autoriza a implantação de usinas marítimas para a geração de energia elétrica a partir de fontes solar e eólica. As plataformas podem ser instaladas no mar territorial (até 22 quilômetros da costa) e na zona econômica exclusiva (até 370 quilômetros). O PLS 484/2017 segue para a Câmara dos Deputados.

O relator, senador Walter Pinheiro (sem partido-BA), apresentou parecer favorável ao projeto, que é de Fernando Collor (PTC-AL).

No entanto, Pinheiro sugeriu algumas mudanças. O texto original previa apenas a presença de parques eólicos no mar. Além do aproveitamento da fonte solar, o substitutivo admite a implantação dos equipamentos nas águas interiores — como mares fecha-

dos, lagos e rios.

Outra mudança diz respeito aos repasses feitos pelas empresas que utilizam áreas da União para explorar o serviço. O texto original liberava 45% dos recursos tanto para estados quanto para municípios confrontantes. A União ficava com os 10% restantes. Pinheiro manteve a porcentagem dos repasses para estados e municípios, mas não apenas para os confrontantes.

O rateio vai seguir as regras usadas para os Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). De acordo com o substitutivo, o dinheiro só poderá ser aplicado nas áreas de saúde e educação. No âmbito da União, os pagamentos vão beneficiar o Ministério do Meio Ambiente (3%), o Ministério de Minas e Energia (3%) e o

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (4%). O valor do repasse será definido por Resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

— O projeto é engenhoso e inovador. O caminho natural da energia eólica leva para o mar, onde os ventos são de melhor qualidade e ocorrem muito menos interferências com outras atividades produtivas do que em terra — argumenta Pinheiro.

Licitação

O projeto altera as normas para a concessão ou a autorização de serviços públicos. O texto autoriza a implantação de parques eólicos com potência superior a 5.000 quilowatts em águas interiores, no mar territorial e na zona econômica exclusiva. As usinas solares com potência superior a 1.000 quilowatts podem ser implantadas ainda em terras ou corpos d’água sob domínio da União. Essas regras não valem para empreendimentos em terras particulares.

O edital de licitação deve trazer uma minuta básica do contrato e informações sobre os prisms eólicos e fotovoltaicos. Definidos pelo CNPE, os prisms são as regiões marinhas destinadas à exploração energética.

A licitação será realizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e deverá ser precedida de estudos de impacto ambiental.

Vai à sanção projeto que obriga notificação de faltas escolares

O Plenário aprovou ontem projeto que determina a notificação imediata aos conselhos tutelares dos casos de alunos dos ensino fundamental e médio cujas faltas escolares ultrapassarem em 30% o percentual permitido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O projeto (PLC 89/2018) será encaminhado agora à sanção presidencial.

Atualmente o procedimento é previsto somente quando o número de faltas ultrapassa o limite em 50%. Pela LDB, um aluno não pode ser aprovado caso apresente uma quantidade de faltas superior a 25% das horas-aula dadas no ano letivo.

Acompanhamento

A legislação também determina que cada escola tem a obrigação de acompanhar a frequência de seus alunos durante todo o ano letivo, de acordo com o planejamento estabelecido pela respectiva secretaria de Educação, notificando os pais e o conselho tutelar quando houver faltas reiteradas.

A proposta é de autoria da deputada Keiko Ota (PSB-SP). O projeto, aprovado anteriormente na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), contou com o apoio do relator, senador Cristovam Buarque (PPS-DF).



As plataformas poderão ser instaladas no mar territorial ou na zona econômica exclusiva

Comissão aprova nova modalidade de empresa

Projeto cria a figura da Empresa Simples de Crédito para ampliar o acesso a crédito exclusivamente para microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte

UMA NOVA ESPÉCIE de empresa para aumentar o crédito a micros e pequenos empreendedores municipais pode ser criada no Brasil. É o que determina projeto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O texto segue com pedido de urgência para análise em Plenário.

O PLC 135/2018 — Complementar, do deputado Pedro Eugênio (PT-PE), cria a figura da Empresa Simples de Crédito (ESC) para atuar em operações de empréstimo, financiamento e desconto de títulos de crédito (*factoring*) exclusivamente para microempreendedores individuais (MEI), microempresas e empresas de pequeno porte. Também simplifica a atuação de *startups* e empresas de inovação, ao instituir o regime especial Inova Simples. O projeto foi relatado pelo senador Armando Monteiro (PTB-PE).

— É mais uma forma de oferecer alternativa a este quadro de muita concentração bancária no Brasil, já que sua atuação será restrita ao âmbito municipal. Ela vai ser importante para irrigar o crédito — defendeu.

Operações

O projeto estabelece que a Empresa Simples de Crédito (ESC) deverá ter atuação municipal para fazer de operações de empréstimo, financiamento e desconto de títulos de crédito a microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.

A ESC deverá adotar a forma de empresa individual de responsabilidade limitada, empresário individual ou sociedade limitada, formada por pessoas físicas ou empresário individual. A mesma pessoa não poderá participar de mais



Armando Monteiro diz que a proposta diminui a concentração bancária

de uma ESC, mesmo que as empresas estejam localizadas em municípios distintos ou sob a forma de filial. O projeto veda a realização de qualquer captação de recursos.

A empresa também não poderá fazer operações de crédito, como credora, com entidades integrantes da administração pública direta, indireta e fundacional da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

O projeto também estabelece que a ESC ficará sujeita aos regimes de recuperação judicial, extrajudicial e falimentar. O Sebrae poderá apoiar a constituição e o fortalecimento das empresas.

Não poderão recolher impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa e a empresa de pequeno porte que explore atividade de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria de crédito, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber,

gerenciamento de ativos, entre outras.

Startups

O projeto institui ainda o Inova Simples, regime especial simplificado que concede às *startups* ou empresas de inovação tratamento diferenciado para a estimular sua criação, formalização e desenvolvimento como agentes indutores de avanços tecnológicos e da geração de emprego e renda.

Para essas empresas, haverá um rito sumário para abertura e fechamento sob o regime do Inova Simples, que se dará de forma simplificada e automática no site da Rede Nacional para Simplificação do Registro da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim).

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) deverá criar mecanismo que favoreça da recepção dos dados ao processamento sumário das solicitações de marcas e patentes de empresas do Inova Simples.

Convocada nova sessão do Congresso para hoje

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, suspendeu ontem a sessão deliberativa do Congresso e anunciou que ela será retomada hoje, às 13h. Em pauta, estão 11 vetos presidenciais e 6 projetos de crédito suplementar, além do Orçamento para 2019.

Eunício explicou que vários parlamentares reeleitos estavam sendo diplomados pela Justiça Eleitoral em seus estados ontem, o que impediu o quorum, especialmente no caso dos deputados.

O senador disse que tentará votar a lei orçamentária ainda hoje. Se não for possível, con-

vocará sessão do Congresso para amanhã de manhã.

Antes de votar a lei orçamentária, deputados e senadores deverão avaliar 146 destaques em 11 vetos presidenciais. Cinco deles já tiveram o texto principal aprovado em sessões anteriores.

LOA

Depois de limpar a pauta de vetos, o Congresso poderá votar o projeto da Lei Orçamentária Anual para 2019. A despesa prevista é de R\$ 3,38 trilhões, sendo 1,42 trilhão para a dívida pública. O texto prevê crescimento de 2,5% da economia no

ano que vem, inflação de 4,2%, juros de 8% e salário mínimo de R\$ 1.006.

Além do Orçamento, há na pauta seis projetos que abrem créditos suplementares. Dois deles beneficiam a Petrobras com recursos para, por exemplo, o novo regime aduaneiro especial e a construção de uma estação de tratamento de dejetos industriais (PLNs 23/2018 e 26/2018). Um destina verba para o Ministério da Fazenda pagar decisões judiciais em ações trabalhistas (PLN 37/2018). Outros três tratam de cargos públicos (PLNs 46/2018, 49/2018 e 50/2018).

Programação monetária relativa a 1º e 2º trimestres é aprovada

O Plenário aprovou ontem a programação monetária do governo federal para os primeiros três meses de 2018 e para o segundo trimestre. Os projetos de decreto legislativo (PDS 142/2018 e PDS 72/2018) seguem para a Câmara dos Deputados.

O projeto sobre janeiro a março ratifica a mensagem enviada ao Congresso em janeiro de 2018 pelo Poder Executivo (MSF 1/2018), que explica a programação monetária do Banco Central para o trimestre que se iniciava.

Para estimar os agregados monetários de 2018, o Banco Central levou em conta o comportamento de indicadores como produto interno bruto (PIB), inflação, taxa de juros e câmbio. A previsão do Executivo era de crescimento de 6,4% em março e de 5,5% em dezembro. Já a projeção para a base monetária ampliada era de 11,9% no primeiro trimestre e de 10,6% no fim deste ano.

Já a programação monetária do governo para o segundo trimestre deste ano (MSF 14/2018) mostra “projeções tecnicamente consistentes”, além de expansão monetária compatível com a inflação esperada, cuja expectativa de mercado está abaixo da meta central de 4,5% para o ano.

Desemprego

Apesar de os indicadores, segundo o texto do Executivo, mostrarem uma “recuperação consistente” da economia brasileira, também registram um “alto nível de ociosidade” dos fatores de produção, a partir de baixos índices de utilização da capacidade da indústria e da alta taxa de desemprego.

Mesmo com a projeção de inflação abaixo da meta para o ano, o documento alerta para o risco de descontinuidade de reformas defendidas pelo governo e esperadas pelo mercado, como a reforma previdenciária.

Valadares despede-se do Senado e faz balanço da vida pública

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) se despediu ontem do Senado fazendo um balanço de mais de 50 anos de vida pública e cobrou avanço nas reformas, principalmente política e econômica. Ele recomendou a adoção do sistema semipresidencialista e eleições pelo sistema distrital misto. O senador disse que seguirá defendendo os interesses do povo sergipano e do Brasil.

— Os sergipanos continuarão a ouvir a minha voz onde eu estiver a bradar contra a iniquidade.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Humberto critica desmonte da Petrobras e do Porto de Suape

Humberto Costa (PT-PE) acusou o governo do presidente Michel Temer de promover nos últimos dois anos o desmonte de programas sociais de apoio à população de baixa renda e a perda de direitos, o aumento da pobreza e do desemprego e a venda do patrimônio nacional. Segundo ele, em Pernambuco o aumento da pobreza e da violência está intimamente ligado ao “desmonte da Petrobras”. O complexo portuário e industrial de Suape pode perder 800 postos de trabalho neste mês, afirmou.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Eunício ressalta necessidade de aprovar o Orçamento este ano

A importância de o futuro presidente da República, Jair Bolsonaro, assumir o governo em janeiro com o Orçamento da União aprovado pelo Congresso foi ressaltada pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira.

— Sem a aprovação do Orçamento [PLN 27/2018], toda a administração ficará travada. Eu sou brasileiro, minha família mora neste país. É público que eu não votei no presidente Bolsonaro, mas não vou jogar contra o Brasil — disse o senador.

Eunício explicou que, se não houver a aprovação da lei orçamentária anual, o futuro governo terá problemas para pôr em prática medidas que foram anunciadas, como a fusão de ministérios.

Em entrevista na saída da sessão de ontem, Eunício voltou a defender a participação de estados e municípios na repartição dos royalties do petróleo, dentro da chamada cessão onerosa do Pré-Sal. Nem o atual nem o futuro governo apresentaram uma solução para o impasse.

Fala de Guedes sobre Sistema S gera debate

Plenário discutiu a declaração do futuro ministro da Economia, de que é preciso "passar a faca" em até 50% dos recursos destinados a entidades como Sesi, Senac e Sebrae

A ATUAÇÃO DO Sistema S foi debatida ontem em Plenário. A maioria dos senadores defendeu as ações do sistema, ao contrário de Ataídes Oliveira (PSDB-TO), que cobrou transparência quanto aos recursos movimentados.

O Sistema S engloba organizações da cadeia produtiva da indústria, comércio e transporte, entre outros, e sofre ameaça de corte de verbas pelo futuro ministro da Economia, Paulo Guedes. Na segunda-feira, Guedes disse que é preciso "passar a faca" em até 50% dos recursos destinados a entidades como Sesi, Senai, Sesc, Senac e Sebrae (veja quadro).

Essas organizações são privadas e administradas por federações e confederações patronais, mas recebem recursos públicos provenientes de contribuições e tributos pagos pelas empresas sobre a folha de pagamentos, com alíquotas variando de 0,2% a 2,5%. Esses recursos hoje são movimentados exclusivamente pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal.

Em 2018, segundo a Receita Federal, foram repassados mais de R\$ 17 bilhões. Essas verbas visam à prestação de serviços

considerados de interesse público, como aperfeiçoamento profissional e bem-estar social dos trabalhadores.

Cristovam Buarque (PPS-DF) disse que o Sistema S tem um serviço prestado ao país na formação de mão de obra. O que está hoje ameaçando o funcionamento dos centros de pesquisa é menos a falta de dinheiro do que a oscilação do apoio que recebe de tempos em tempos, afirmou.

Impacto

Para o ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Armando Monteiro (PTB-PE), o sistema está sujeito a aperfeiçoamentos e correções como qualquer instituição. Ele classificou a declaração de Guedes de "imprópria, na forma e no conteúdo".

Segundo Romero Jucá (MDB-RR), a forma de atuação do Sistema S não impacta diretamente o Orçamento nem o teto de gastos públicos.

Walter Pinheiro (sem partido-BA) disse que o setor de telecomunicações tem discutido com as instituições que compõem o sistema temas



Walter Pinheiro critica Paulo Guedes, e Ataídes Oliveira defende o corte de parte dos recursos do Sistema S

ligados ao funcionamento de tecnologia da informação.

Para Jorge Viana (PT-AC), o sistema tem que ser adequado aos novos tempos.

Eduardo Braga (MDB-AM) cobrou ajustes no Sistema S para que não haja prejuízos aos trabalhadores. Ele afirmou que o sistema, embora tenha conseguido implementar qualificação de mão de obra e investir em cultura e lazer, "ganhou um gigantismo de R\$ 24 bilhões, com grandes estruturas sem transparência".

Comissão de Assuntos Econômicos defende maior discussão sobre o tema

Na última reunião do ano da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ontem, senadores defenderam as empresas integrantes do Sistema S. Na opinião de Armando Monteiro, novos governos têm uma tendência a querer fazer mudanças em certas estruturas sem uma acurada e responsável avaliação dos efeitos dessas posições.

— O que se propõe é uma discussão serena, no fórum adequado, sobre a relação custo/benefício do Sistema S, porque é uma estrutura que funciona há décadas, que tem foco. Os programas são continuados, daí os resultados que foram obtidos — opinou.

Romero Jucá mencionou nota emitida por seu partido, que preside.

— Talvez o ministro não esteja familiarizado com o que representa o Sistema S.

Nas grandes cidades, ele é importante, mas, nas médias e pequenas cidades, e nos estados menos desenvolvidos, o Sistema S é vital para capacitação de empresários, para formação de mão de obra para a indústria, para o comércio, para a agricultura.

Paulo Rocha (PT-PA) foi um aluno do Sistema S. Para o senador, há lugar para aprimoramentos, mas não se pode perder a perspectiva de manutenção da estrutura em prol dos cidadãos.

Para Cristovam Buarque é possível analisar uma eventual redução de recursos para o sistema, já que a busca por eficiência deve ocorrer em tudo.

— Se tem vazamento, vamos fechá-lo, mas jamais tratar a situação só financeiramente. Não nos dispersemos nessa luta, vamos tentar salvar o que tem de excelente.

Composição

O Sistema S reúne entidades empresariais voltadas para treinamento profissional, assistência social, saúde, lazer e cultura, consultoria, pesquisa e assistência técnica, serviços considerados de interesse público. Atualmente, nove entidades o compõem:

Senar: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural	ligado à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
Senac: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	ligados à Confederação Nacional do Comércio (CNC)
Sesc: Serviço Social do Comércio	
Sescoop: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo	ligado ao Sistema Cooperativista Nacional (SCN)
Senai: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	ligados à Confederação Nacional da Indústria (CNI)
Sesi: Serviço Social da Indústria	
Sest: Serviço Social do Transporte	ligados à Confederação Nacional do Transporte (CNT)
Senat: Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte	
Sebrae: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	seu conselho deliberativo é formado por integrantes das demais confederações

Ataídes apoia futuro ministro sobre cortes para entidades empresariais

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) apoiou a afirmação do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, de que é preciso cortar parte da arrecadação do Sistema S. O senador acusou o Sistema S de não realizar a contento sua tarefa de qualificar a mão de obra no Brasil, cuja produtividade corresponde a 23% da apresentada nos Estados Unidos.

Ele alertou para práticas condenáveis, como assinar muitos contratos sem exigência de licitação ou com dispensa. Ataídes disse que o dinheiro deveria ser usado para qualificar os jovens que não estudam nem trabalham.

— Poderia estar sendo usado para qualificar a mão de obra, dar uma oportunidade aos nossos jovens, aos nossos nem-nem, que são 11 milhões em busca de um curso profissionalizante e infelizmente, quando batem na porta do Sistema S têm que pagar.

Hélio José deseja sorte ao futuro governador do DF e ao presidente eleito

O senador Hélio José (Pros-DF) cumprimentou o governador eleito do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, e os novos parlamentares federais e distritais recém-diplomados. Ele declarou esperar que Brasília recupere sua governabilidade depois de "longo e tenebroso inverno". Hélio José cobrou investimentos em mobilidade urbana e chamou atenção para o "drama" de mais de 1,5 milhão de habitantes do Distrito Federal que vivem em imóveis sem título de propriedade.

O senador também desejou sucesso a Jair Bolsonaro na Presidência da República e que o novo presidente consiga atender aos anseios de seus eleitores. Ele disse esperar que o Brasil possa voltar a gerar empregos e a atrair investimentos.



Arquivo do Senado

Jorge Viana lembra 30 anos do assassinato de Chico Mendes no Acre

O senador Jorge Viana (PT-AC) lembrou ontem o ambientalista Chico Mendes (1944-1988), assassinado há 30 anos, em 22 de dezembro de 1988.

O senador informou ter participado de um evento em Xapuri (Acre) no fim de semana. Parentes de Chico Mendes estiveram presentes para lembrar a morte do líder dos seringueiros aos 44 anos de idade e defenderam a continuidade de sua luta pela preservação da Amazônia.

— Eu estava lá, recém-formado, já trabalhava numa fundação de tecnologia onde era diretor, e sofri naquele 22 de dezembro, véspera do Natal de 30 anos atrás. Foi terrível! Foi triste! E a morte do Chico Mendes foi em consequência de suas ideias, do que ele defendia. Ele defendia algo 30 anos atrás que só agora faz parte da agenda do mundo inteiro.



Arquivo do Senado

Ivo Cassol deixa Senado e destaca bandeiras de seu mandato parlamentar

Ivo Cassol (PP-RO) se despediu ontem do Senado e lembrou bandeiras defendidas em seu mandato. O senador destacou a aprovação do projeto que autorizava o uso da fosfoetanolamina sintética para o tratamento de pacientes com câncer. O texto foi sancionado em abril de 2016 pela então presidente Dilma Rousseff, mas teve a vigência suspensa pelo STF a pedido da Associação Médica Brasileira.

— Existe um esquema podre dos laboratórios, da indústria farmacêutica e de alguns profissionais da saúde que vivem da desgraça alheia. O tratamento do câncer como existe hoje mutila e isola os pacientes dos amigos, da sociedade e da família. Qual cidadão não vai correr atrás de um tratamento alternativo?



Arquivo do Senado

Plenário aprova nome para conselho da Anatel

Mais cedo, Vicente Bandeira de Aquino Neto foi sabatinado pela Comissão de Infraestrutura e defendeu alterações no Fust que garantam mais recursos para a telefonia móvel

POR 37 VOTOS a favor, sete contra e duas abstenções, o Plenário aprovou ontem a indicação do advogado Vicente Bandeira de Aquino Neto para o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A confirmação será comunicada à Presidência da República.

O nome do advogado já havia sido aprovado mais cedo pela Comissão de Infraestrutura (CI), onde foi sabatinado. Aquino Neto defendeu a alteração da lei que rege o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para que ele seja aplicado menos em telefonia fixa e mais em telefonia móvel, a mais usada atualmente.

Ele defendeu também o fortalecimento da infraestrutura física das redes de comunicação como fundamental para o acesso aos serviços de banda larga. E apostou na tecnologia 5G como o futuro das telecomunicações. Segundo Aquino Neto, essa tecnologia pode ajudar a aumentar a qualidade da transferência de dados no mundo inteiro.

Telefonia fixa

Sobre a regressão da telefonia fixa, o indicado informou que, nos últimos 12 meses, quase 2 milhões de clientes deixaram de ser usuários desse tipo de serviço. Por isso, ele sugeriu a alteração da lei que rege o fundo.

— A Anatel precisa enfrentar esse cenário de mudanças tecnológicas e de hábito de consumo. É necessário que repensemos as políticas de Estado para as telecomunicações do Brasil.

O advogado citou o projeto que atualiza a Lei Geral das Telecomunicações



Aquino Neto informa que, em 12 meses, 2 milhões de pessoas deixaram a telefonia fixa

(PLC 79/2016) e segundo Aquino Neto, coloca a banda larga no centro da discussão das políticas de Estado na área.

— A mudança legal trazida pelo projeto permite adaptar a modalidade de outorga dos serviços de telecomunicações de concessão para autorização. O modelo de prestação de serviços do projeto não afeta as conquistas dos consumidores e a Anatel continuará promovendo a competitividade livre para que o mercado apresente boa qualidade de serviço, ampla e justa — afirmou.

Fundos setoriais

Na sabatina, o senador Lasier Martins (PSD-RS) perguntou a opinião do advogado sobre a administração dos fundos setoriais e como poderiam ser mais bem aproveitados na

área das telecomunicações.

— Os dois fundos mais importantes que a Anatel possui são o Fust e o Fistel [Fundo de Fiscalização das Telecomunicações]. O Fust banca a universalização das telecomunicações, mas não tem sido utilizado a não ser para custear pequenos estudos. É preciso avaliar como ele pode ser redirecionado pelo Congresso. Quanto ao Fistel, mais antigo e dirigido ao custeio da fiscalização, tem gastos maiores, mas ainda assim limitados e o resultado dos seus recursos tem chegado pouco ao usuário final — disse Aquino Neto.

Lasier questionou se a empresa jurídica da qual o sabatinado é sócio-proprietário atende clientes regulados pela Anatel. O advogado explicou que sua área de atuação na advocacia é a

eleitoral e de assessoria jurídica de campanhas.

Jorge Viana (PT-AC) afirmou que o Brasil reluta em entender que a área de telecomunicação é fundamental. Ele criticou a alta tributação do setor, comparável à de cigarros e bebidas. E, na avaliação dele, o Congresso ainda não dá a importância devida ao tema.

— O lamentável é que nós não criamos nem regras para as empresas mundiais que compraram centenas de outras empresas e não tem regulamentação nenhuma — disse Viana.

O senador citou como exemplo conglomerados como Amazon, Facebook e WhatsApp.

Impostos

Já Walter Pinheiro (sem partido-BA) disse que o Brasil deveria se preocupar em trazer conectividade para o cidadão. Segundo ele, o governo brasileiro ainda olha para o setor de telecomunicações pensando no dinheiro que arrecada com impostos.

— Eu estou propondo é que a gente aproveite o que temos e coloquemos para funcionar. Na Bahia, estamos chamando os operadores do estado e dizendo para levarem a estrutura até o lugar e o estado garante a compra dos serviços em educação, saúde, cidadania e segurança. O resto é com o mercado. Com isso, estamos botando banda larga em todas as escolas — contou Pinheiro.

A senadora Rose de Freitas (Pode-ES) demonstrou preocupação com as taxas, multas e a burocracia do setor, que impedem a agilidade e com a necessidade de intervenção política para destravar o setor.

Acatado acordo entre Brasil e Ilha de Jersey

O Plenário aprovou ontem o texto do acordo de cooperação fiscal assinado entre os governos do Brasil e da Ilha de Jersey, que prevê a troca de informações para combate à lavagem de dinheiro, fraudes, sonegações e evasões que tragam danos à ordem tributária. O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 35/2018 será encaminhado à promulgação.

Relator da proposta na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) — onde o texto foi aprovado na

semana passada —, o senador José Medeiros (Pode-MT) avaliou que o acordo é muito mais vantajoso ao Brasil do que a Jersey, pois dificilmente os cidadãos da ilha britânica abrem contas em nosso país, enquanto muitos brasileiros se utilizam do conhecido paraíso fiscal para manter seus recursos.

Entre outros pontos, o acordo permite o intercâmbio de informações detidas por bancos, outras instituições financeiras ou até mesmo por pessoas, como

agentes e fiduciários.

O acordo ainda trata de propriedade de sociedades e parcerias e, no caso de trusts, de informações sobre os instituidores, beneficiários e fiduciários.

Para fundações e outras entidades semelhantes, será possível acessar informações sobre os fundadores, membros do conselho e beneficiários. O mesmo se dará em casos de esquemas de investimento coletivo, informações sobre ações, quotas e outras formas de participação.

Segue para promulgação tratado de cooperação com a Suécia

Um acordo de cooperação entre o Brasil e a Suécia foi aprovado ontem no Plenário. Assinado em Estocolmo, em abril de 2014, o texto trata da troca e proteção mútua de informação classificada. O projeto que ratifica o acordo (PDS 93/2018) segue agora para promulgação.

Segundo o governo, o objetivo do acordo com a Suécia é assegurar, no interesse da segurança nacional, a proteção de informações trocadas

no âmbito de instrumentos de cooperação ou contratos celebrados entre as partes, seus indivíduos credenciados, bem como órgãos e entidades públicas e privadas.

O acordo também poderá impulsionar parcerias comerciais e industriais, tendo em conta as provisões referentes à proteção de contratos. O texto ainda trata de conceitos e definições, casos de sigilo, formas de contrato e de classificação, acesso e troca de informações.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

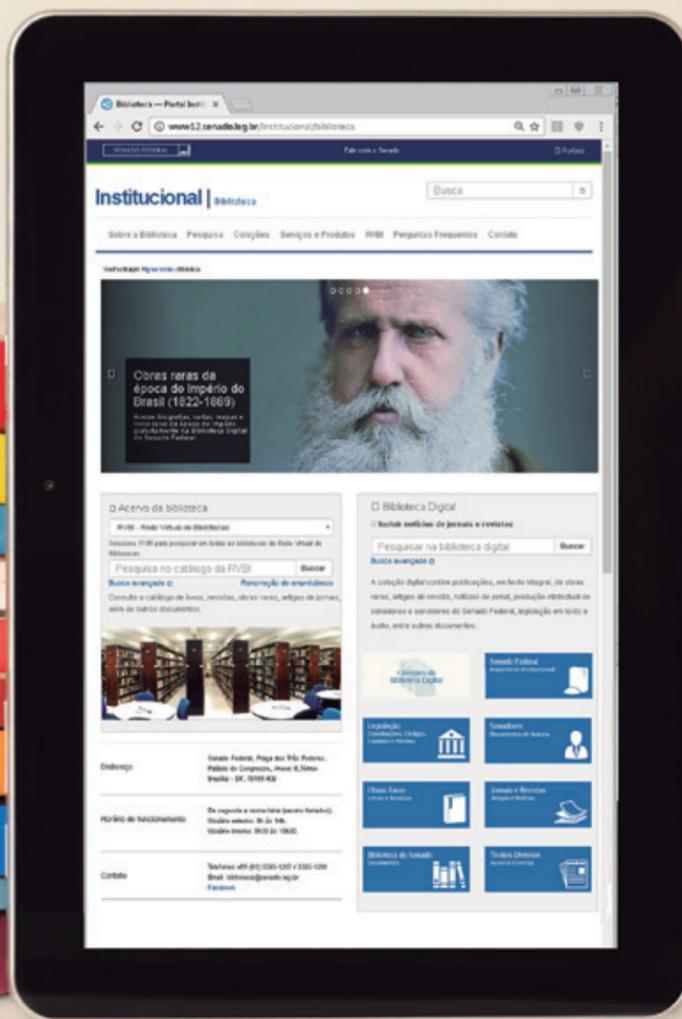
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Biblioteca do Senado Federal

Mais de 280 mil obras digitais para baixar gratuitamente



acesse
www2.senado.leg.br/bdsf



Relatório: mais recursos não reduzem violência

Parecer de Armando Monteiro sobre os reflexos econômicos da crise da segurança aprovado ontem aponta que aumento de verbas no setor não reduziu a criminalidade no país

O AUMENTO DE investimentos na área de segurança pública não se traduz necessariamente na redução da criminalidade. A constatação está no relatório do senador Armando Monteiro (PTB-PB) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ao longo do ano, o colegiado avaliou questões orçamentárias e reflexos econômicos da crise da segurança que atinge o país.

Segundo o estudo, o custo da violência alcança quase 6% do PIB, o que não deixa dúvida sobre os impactos na economia do país. O Brasil

chegou a 62 mil homicídios anuais, o que equivale a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, ou seja, 30 vezes mais do que a Europa.

O parecer cita levantamento da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, segundo o qual houve incremento de 170% nos gastos para o setor, de 1996 a 2015, período em que o número total de homicídios pulou de 35 mil para 54 mil.

“A solução não é aumentar apenas o investimento público. Nos últimos 20 anos houve acréscimo sem reflexo



O vice-presidente da comissão, Garibaldi Alves Filho, e Otto Alencar na votação do parecer sobre segurança

na melhoria dos indicadores. Pelo contrário, os números até pioraram. Os investimentos devem ser direcionados para ações mais efetivas, levando-se em conta a heterogeneidade nos estados brasileiros”, observa o parecer.

O relator lembrou que São Paulo registrou menor taxa de morte violenta intencional: 10,7 por 100 mil habitantes, em 2017. Está abaixo da média nacional e num patamar bem inferior ao dos piores estados no ranking: Rio Grande do Norte, com 68, Acre, com 64, e Ceará, com 59 por 100 mil.

“Diante do padrão heterogêneo no mapa da violência

do país, é preciso observar políticas de Estado que vêm apresentando melhores indicadores e avaliar como replicar em outras unidades da federação. Os Poderes Executivo e Legislativo podem contribuir estimulando a troca de experiência e a cooperação entre os estados”, observa.

Drogas

Os senadores Waldemir Moka (MDB-MS) e Dalirio Beber (PSDB-SC) afirmaram que o parecer poderá subsidiar os novos gestores que vão assumir postos importantes da administração pública em 2019. Além disso, destacaram

a grande participação das drogas no declínio do nível de segurança pública.

— Mais de 40% dos 730 mil presos no Brasil estão envolvidos em crimes relacionados às drogas. Fora os dispêndios das famílias quando algum integrante tem problema relacionado a entorpecentes — afirmou Dalirio.

As comissões do Senado atuam na avaliação de políticas públicas desde 2013, quando foi aprovada uma resolução, determinando que cada colegiado atue anualmente, dentro de sua área de competência, acompanhando a atuação do Poder Executivo.

Recomendações do parecer

▶ AO PODER EXECUTIVO	<ul style="list-style-type: none"> Estimular a criação de padrões a serem observados pela União, estados e municípios na classificação das despesas de segurança pública de forma a permitir melhores meios de comparação das análises dos dados
▶ AO PODER LEGISLATIVO	<ul style="list-style-type: none"> Realizar audiência pública com o objetivo de avaliar os impactos da Lei 13.675, que criou o Sistema Único de Segurança Pública Incluir a CAE nas discussões sobre política nacional da segurança pública realizadas na CCJ, de forma que o componente econômico da crise de segurança também seja considerado nos debates Realizar audiências públicas com o governo federal para análise de recomendações enviadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Agressores poderão ter que ressarcir despesas com vítimas de violência doméstica

Condenados por violência doméstica e familiar contra a mulher podem ser obrigados a ressarcir os cofres da Previdência Social por benefícios pagos em decorrência desse crime. Projeto com esse objetivo está na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O PLS 282/2016, da senadora Marta Suplicy (MDB-SP), estabelece que Previdência Social poderá ajuizar ação regressiva contra os responsáveis por esse tipo de delito após o trânsito em julgado da sentença (fim da possibilidade de recursos). O texto também estabelece que o ressarcimento não ex-

clui a responsabilização civil de quem praticou a violência.

“É fundamental que os agressores sejam coibidos, controlados e reeducados para o respeito à dignidade humana”, diz Marta na justificativa.

O relator, senador José Pimentel (PT-CE), é favorável à proposta. A decisão da CAS é terminativa, ou seja, se aprovado na comissão e não houver recurso para votação em Plenário, o projeto segue para a Câmara dos Deputados.

Também será analisada terminativamente na CAS a proposta que veda a reutilização de produtos para a saúde não

passíveis de reprocessamento.

De Telmário Mota (PTB-RR), o PLS 299/2016 altera a Lei 6.437, de 1977, que lista as infrações à legislação sanitária federal e estabelece sanções como advertência, multa, interdição total ou parcial do estabelecimento e cancelamento de autorização para funcionamento da empresa.

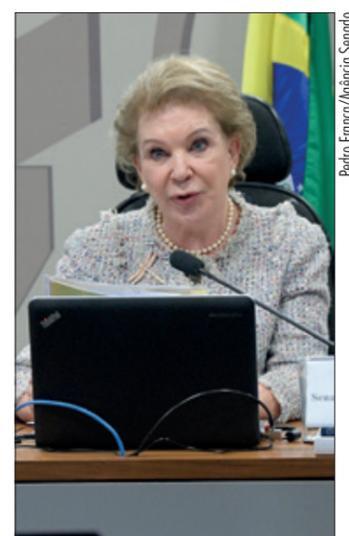
Reaproveitamento

Telmário explica que a Resolução 156/2006, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), já regulamenta o reaproveitamento de equipamentos, aparelhos, materiais,

artigos de uso médico, odontológico ou laboratorial.

A norma determina quais produtos podem ser reprocessados e reutilizados e os procedimentos empregados após limpeza, desinfecção e esterilização. Também determina os de uso único. Telmário adverte que ainda há relatos de reutilização desses produtos.

Em seu relatório favorável, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) chamou atenção para o risco associado ao uso de material de má qualidade em procedimentos médicos e seu impacto na taxa de mortalidade dos pacientes.



Marta é autora de projeto em pauta na Comissão de Assuntos Sociais

Edison Lobão diz que não abandonará a política

Concluindo seu quarto mandato no Senado, Edison Lobão (MDB-MA) avisou que não abandonará a política:

— Quero agradecer especialmente ao povo do Maranhão, a quem tenho a honra de representar e é a razão de minha luta. A política é a arte de promover o bem comum e fora dela não há salvação, pois sem ela não há democracia. Vou permanecer na política, como guardião incansável dos interesses do povo brasileiro, em especial do povo maranhense, que me deu inúmeras oportunidades de trabalhar para o meu estado e pelo meu país — afirmou.



Moreno Mariz/Agência Senado

Airton Sandoval se despede e se diz otimista com o país

Em discurso de despedida, o senador Airton Sandoval (MDB-SP) declarou esperar que o Brasil consiga superar a crise econômica e política. Ele observou que virão grandes desafios, mas se disse otimista com a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República. Para o senador, a democracia brasileira está consolidada e não cabem no país radicalismos à esquerda ou à direita.

Sobre sua atividade no Senado, ele lembrou 15 projetos de lei de sua autoria e criticou o cancelamento de recursos empenhados para vários municípios em São Paulo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Eduardo Lopes destaca emendas e apoio a Bolsonaro

Ao fazer um balanço do seu mandato, Eduardo Lopes (PRB-RJ) destacou ter liberado R\$ 310 milhões em emendas, sobretudo para a área da saúde. Ele procurou contemplar o maior número possível de cidades, cada uma com seus problemas.

O senador disse ainda que torce para que o presidente eleito Jair Bolsonaro inicie uma outra forma de fazer política, mais ética e correta, condizente com os valores do povo brasileiro.

— A popularidade do Bolsonaro dá a ele o crédito superabundante para promover as reformas de que tanto necessita o país.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Zé Santana promete empenho por justiça social

O senador Zé Santana (MDB-PI) apresentou-se ontem em Plenário prometendo honradez, empenho em favor da segurança e da justiça social. Ele assumiu o lugar de Regina Sousa, do PT, eleita vice-governadora do Piauí. Zé Santana salientou que seu estado tem superado a pobreza e proporcionado grandes oportunidades de investimento.

— Conquistamos um dos melhores índices nacionais de produção de soja e outros grãos. Temos um dos maiores parques eólicos já em funcionamento no Brasil e o maior parque de produção de energia solar da América do Sul.



Jefferson Rudy/Agência Senado